



MEMÓRIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2023

Aos dois dias do mês de junho de 2023, das 10 às 12h00min, realizou-se por videoconferência a 56ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Controladoria-Geral da União – CGU; Ministério Público de Contas – MPC; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Ministério Público do Trabalho – MPT; Observatório Social do Brasil – OSB; Polícia Civil do Estado do Paraná – PC/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pela assessora de gabinete da CGE/PR, **Marilis Bortot Piretelli Molinari**, e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Marilis (CGE/PR) abriu a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença das autoridades presentes. Em seguida, deu início à pauta – *Apresentação da Dra. Luciana Carla da Silva Azevedo, nova Coordenadora Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná 2023-2024*, dando as boas-vindas a nova equipe e desejando sucesso à Luciana.

Luciana (CGE/PR) expressou sua gratidão à **Marilis (CGE/PR)**, cumprimentando e agradecendo a todos pela presença. Informou que está em processo de transição, inteirando-se de todos os assuntos. Compartilhou sua satisfação em coordenar a Rede, explicando que ficará como ouvinte para compreender os temas, e se colocou à disposição.

Maurício Kalache (MPPR) saudou a nova Coordenadora, colocando-se à disposição. Comentou que a instituição da Rede ocorreu em 2009, tendo sido constituída no Estado do Paraná por meio de Acordo de Cooperação Técnica, tendo por finalidade

manter pautas de interesse comum com vistas à articulação de ações de fiscalização e controle social. Esclareceu que os órgãos partícipes trabalham na horizontalidade e que, em 2022, foi deliberado o apoio da Rede ao programa Controla Paraná, com a finalidade de promover o intercâmbio de informações, de conhecimentos e de melhores práticas entre os órgãos de controle interno dos municípios do Estado do Paraná, visando ao fortalecimento dos sistemas de controle.

Marilis (CGE/PR) agradeceu e complementou a informação, noticiando que 62 Municípios já participam do programa e 116 solicitaram adesão, esclarecendo que a ação do MPPR e do TCE-PR, solicitando o engajamento dos municípios ao Programa, foi fundamental para esse aumento do número de interessados. Em seguida, informou que **Hillene (TRE/PR)**, disponibilizará pelo chat, um link de acesso a um formulário, para preenchimento do nome completo e do Órgão em que atua, para o registro de presença.

Valdenice (MPT) cumprimentou a nova Coordenadora e solicitou o contato da Rede para divulgação de curso. Em seguida, questionou sobre o convite ao TRT da 9ª Região para integrar a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná.

Marilis (CGE/PR) informou que cursos, eventos ou assuntos para serem incluídos em pauta, poderão ser enviados para o e-mail da Rede para divulgação/inclusão. Informou, ainda, que, por meio do Ofício CEX nº 22/2023, foi encaminhado o convite ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região para integrar a Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná. Na sequência, apresentou a nova Chefe de Gabinete, **Helena (CGE/PR)**, que saudou a todos, colocando-se à disposição.

Marilis (CGE/PR) agradeceu e deu sequência à pauta – *Aprovação da Ata da 55ª Reunião Ordinária*, encaminhada com o ofício de convocação, ao que **Maurício Cardoso (TJPR)**, solicitou um pequeno ajuste na página 5, §4º, para substituição de parceria com Francine (MPPR) para parceria com a Rede, ao que **Marilis (CGE/PR)** se disponibilizou a providenciar. Feito esse ajuste, houve anuência dos seus termos, pelos membros do Colegiado, restando aprovada a ata, por unanimidade.

Ney da Nobrega Ribas (OSB), saudando a nova Coordenadora, solicitou informações a respeito das mudanças na CGE/PR, ao que **Luciana (CGE/PR)** esclareceu que Raul Siqueira recebeu um convite para integrar a Diretoria Jurídica da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, ocasião em que foi convidada, pelo Governador do Estado, a assumir a Controladoria-Geral do Estado.

Marilis (CGE/PR) informou que o site da Rede está atualizado com as indicações dos participantes e que **Luciana (CGE/PR)** dará continuidade aos trabalhos. Anunciou que sairá de licença maternidade.

Francisco Horst (RFB) cumprimentando a todos, deu as boas-vindas a nova Coordenadora em nome da Receita Federal do Brasil.

Valdenice (MPT) solicitou informações sobre a localização dos documentos da Rede, ao que **Marilis (CGE/PR)** informou que estão no site da Rede em Colegiado/Deliberações.

Marilis (CGE/PR) passou para o próximo assunto da pauta – *Plano de Ação dos Grupos de Trabalho do Regimento Interno e do Planejamento Estratégico*, abrindo a palavra aos representantes das Comissões.

Maurício Cardoso (TJPR) exibiu o plano de ação para alteração do Regimento Interno da Rede, informando que serão 13 ações do grupo de trabalho, que irão se desenvolver de maio a outubro deste ano, divididas em 3 fases principais:

1ª fase – levantamento de dados/informações e solicitação de sugestões aos membros do Colegiado. A CGE/PR irá encaminhar ofício aos membros do Colegiado para apresentarem sugestões/contribuições;

2ª fase – discutir no âmbito do Grupo de Trabalho as sugestões apresentadas; e

3ª fase – elaborar a minuta, validar no âmbito do grupo de Trabalho e, posteriormente, submeter ao Colegiado para deliberação.

Exibiu, em seguida, o formulário que será encaminhado aos membros do Colegiado para que, facultativamente, apresentem: a) sugestão de texto normativo; b) sugestão de melhoria e; c) dificuldades identificadas que poderiam ser sanadas em possível adequação do Regimento Interno.

Encerrou a apresentação, agradecendo a atenção de todos.

Marilis (CGE/PR) passou a exhibir as ações do planejamento estratégico, cujo objetivo é definir a missão, visão e valores da Rede, esclarecendo que as ações serão divididas, basicamente, em 3 fases:

1ª fase – solicitação de sugestões aos membros da Rede, por e-mail, até 06/06/2023;

2ª fase – receber, compilar e discutir, no âmbito do Grupo de Trabalho, as sugestões apresentadas; elaborar e validar a cartilha no âmbito do Grupo de Trabalho e diagramar até 31/07/2023;

3ª fase – apresentar a cartilha com a missão, a visão e os valores ao Colegiado, até 04/08/2023.

Encerrou a apresentação, agradecendo a atenção de todos.

Na sequência, **Marilis (CGE/PR)**, passando para o próximo assunto da pauta – *Apresentação da Força Tarefa Cidadã*, solicitou a **Ney da Nobrega Ribas (OSB)**, apresentar/atualizar as informações aos membros do Colegiado.

Ney da Nobrega Ribas (OSB), agradeceu enaltecendo o trabalho da Rede e desejou sucesso a equipe que está assumindo. Iniciou a apresentação esclarecendo que ele e **Roni Enara (OBS)** atuam na Rede como representantes da sociedade civil; que a Força Tarefa Cidadã nasceu da falta de transparência na pandemia da COVID-19 e visa a apurar pontos de fragilidade nos portais da transparência dos municípios. Para isso, conta com a ação colaborativa da Rede de Controle para solicitar/cobrar ações dos gestores municipais em relação à transparência. Em seguida, apresentou os resultados de 2022, que foram aprovados pelo TCU, por meio de 2 acórdãos, incentivando e apoiando a FTC. Discorreu sobre os principais resultados obtidos, informando que em relação à transparência ativa foram avaliados 2.376 municípios, (municípios com mais de 50 mil habitantes) de 08 estados, quais sejam: Acre, Minas

Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, destacando que muitos municípios possuem Portal de Transparência, mas poucos possuem ferramentas de busca adequadas para pesquisa de documentação/informação referentes a aquisições e a contratações. Reforçou que se trata de uma ação colaborativa para melhorar os índices de transparência do ponto de vista do cidadão, não havendo nenhuma exposição ou ranking. Informou que é possível aferir que os municípios cumprem bem os critérios básicos, porém o mesmo não ocorre quando se aprofunda em temas específicos, como: obras e saúde. Passou a apresentar os resultados referentes à transparência passiva, informando que a situação é gravíssima, sendo que, para esse tipo de verificação, foram solicitadas informações aos municípios, sendo que uma grande parte não atendeu ao que foi solicitado, o que dificulta a busca das informações e impede o exercício do controle social pelo cidadão e a melhoria da gestão pública. Relatou que os municípios serão notificados para o saneamento e o tratamento das informações e, em caso de não atendimento, serão notificadas as redes estaduais para atuação dos órgãos competentes. Informou que em 2023 haverá ampliação da avaliação para todos os municípios do Brasil, em relação à transparência ativa, passiva, ouvidoria, PNPC e evolução do Controla Paraná, para que haja uma maior efetividade dos Portais de Transparência, onde o cidadão possa consultar e obter as informações pertinentes.

Marilis (CGE/PR) elogiou e agradeceu a apresentação.

Valdenice (MPT) informou que o MPT tem realizado cursos para fiscais de contrato e que se houver interesse, irá disponibilizar no grupo de WhatsApp.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) sugeriu que os cursos fossem aglutinados em um único espaço para que todos tenham acesso (cidadãos), mencionando a ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, espaço que reúne em uma única plataforma as oportunidades de capacitação. Citou ainda, o Instituto Rui Barbosa, como uma alternativa para os Órgãos disponibilizarem os cursos, para que tenham alcance nacional.

Marilis (CGE/PR) se disponibilizou a divulgar os cursos, solicitando o encaminhamento do link por e-mail para que a Rede faça a divulgação e o cadastro no Instituto Rui Barbosa. Sugeriu a **Ney da Nobrega Ribas (OSB)** a apresentação, na próxima reunião, do Controla Paraná.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) agradeceu a oportunidade, lembrando que o objetivo é promover o intercâmbio de informações para impulsionar e fortalecer os controles internos municipais, com o aperfeiçoamento dos procedimentos e das práticas de controle para a melhoria contínua da gestão pública.

Marilis (CGE/PR) parabenizou e agradeceu novamente a **Ney da Nobrega Ribas (OSB)** e avançou para o próximo tópico da pauta – *Relato das Comissões Permanentes e aprovação dos planos de trabalho.*

Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa – William Gil (MPPR) como coordenador da Comissão, explicou que a Escola do MPPR ofereceu diversos cursos em 2022 e que continuará com esse modelo, esclarecendo que já há um grande volume de cursos ofertados. A proposta é realizar um diagnóstico das expectativas da Rede para direcionar as demandas e trabalhar de forma mais criteriosa. Nesse sentido, irá encaminhar um formulário aos membros para indicação das necessidades do Colegiado.

Marilis (CGE/PR) concordou e informou que o primeiro passo é mapear os treinamentos e atuar naquilo que não tem ou que há maior dificuldade e concentrar em um único espaço os cursos vinculados à atuação da Rede.

Thiago Martini (TJPR) colocou à disposição a Escola Judicial do Paraná para contribuir com essa parceria.

Marilis (CGE/PR) sugeriu que o formulário para indicação das capacitações seja compartilhado com a Coordenadoria Executiva e se prontificou a enviar, posteriormente, aos integrantes da Rede. Solicitou, ainda, a **William Gil (MPPR)** que

encaminhe o plano de ação para publicação no site da Rede, ao que **William Gil (MPPR)** assentiu.

Comissão de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência – Conrado (CGE/PR) como Coordenador da Comissão, disse que na última reunião realizada, ficou definido, no plano de trabalho, que as pautas serão dinâmicas, buscando debates de assuntos que interessam aos Órgãos Partícipes da Rede, esclarecendo que, em uma reunião será definido o assunto e, na próxima, o responsável fará a apresentação e promoverá o debate, abrindo o convite para participação de todos os membros do Colegiado.

Marilis (CGE/PR) solicitou a Conrado (CGE/PR) que encaminhe o plano de ação para publicação no site da Rede, ao que Conrado respondeu que irá providenciar.

Comissão de Prevenção e Controle Social – Marilis (CGE/PR) informou que **Matheus Klaus (CGE/PR)**, Coordenador da Comissão, está ausente, em razão de participação no COSUD, porém, já apresentou, na última reunião do Colegiado, o plano de ação que será a publicado.

Ricardo Fukaya (CGU) saudou a nova Coordenadora e informou que o Governo Federal está realizando processo de participação social na elaboração do Plano Plurianual – PPA Participativo 2024-2027, com 28 programas de interesse dos cidadãos, no qual o cidadão pode propor ações e votar nos programas que considera mais importantes.

Demian Bianchi (CGU/PR) esclareceu que o plano, chamado “Brasil Participativo”, quer a participação da sociedade na definição das políticas públicas para os próximos 4 anos de governo, sugerindo ações e votando em até 3 projetos propostos pela população, esclarecendo que as 5 propostas mais votadas, serão analisadas pelos órgãos responsáveis. Exibiu as telas de participação da CGU no programa, informando que a CGU quer ouvir o cidadão, permitindo que a população possa opinar em relação aos objetivos e, diante dos serviços que oferecem, identificar as entregas

que consideram mais relevantes. Agradeceu a oportunidade e encerrou a apresentação.

Marilis (CGE/PR) agradeceu e destacou a importância da divulgação do programa, enfatizando que o link e o material poderão ser compartilhados no site da Rede.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) reforçou o pedido de incluir na pauta da Rede, para debate, o importante tema acerca dos requisitos legais para ocupação do cargo de controlador nos municípios, de forma que o provimento seja livre de interferências políticas.

Marilis (CGE/PR) comentou que esse tema constou da memória da 54ª Reunião Ordinária da Rede e solicitou à Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa um estudo sobre o tema, ao que **William Gil (MPPR)** se prontificou a atender. Lembrou aos participantes do encontro, para encaminhar, por e-mail, à Rede, os assuntos, que entendem importantes, para inclusão em pauta. Nada mais havendo a tratar, finalizou a reunião, agradecendo a presença e a colaboração de todos, colocando-se à disposição.

DELIBERAÇÕES			
Nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Encaminhar o plano de ação para publicação na página institucional da Rede.	Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa, Comissão de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência e Comissão de Prevenção e Controle Social	04/08/2023
2	Incluir em pauta estudo acerca dos requisitos legais para ocupação do cargo de controlador nos municípios	Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa	-